

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Carolina Alvarenga de Lima

O direito à literatura: a censura na prática da leitura  
escolar

CAMPINAS  
2018

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Carolina Alvarenga de Lima

Monografia apresentada à Faculdade de  
Educação da Unicamp, para obtenção do  
título de Licenciatura em Pedagogia, sob  
a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Lúcia  
Guedes-Pinto

**Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): Não se aplica.**

Ficha catalográfica  
Universidade Estadual de Campinas  
Biblioteca da Faculdade de Educação  
Rosemary Passos - CRB 8/5751

L628d LIMA, Carolina Alvarenga de, 1996-  
O direito à literatura : a censura na prática da leitura escolar / Carolina Alvarenga de Lima. – Campinas, SP : [s.n.], 2018.

Orientador: Ana Lúcia Guedes-Pinto.  
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Literatura. 2. Censura. 3. Práticas de leitura. 4. Livros e leitura na literatura. 5. Literatura. I. Guedes-Pinto, Ana Lúcia Guedes, 1969-. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

**Informações adicionais complementares**

**Titulação:** Licenciado

**Data de entrega do trabalho definitivo:** 13-12-2018

Para Regiane, minha mãe  
e amiga, por ter me  
ensinado a ser quem sou e  
a amar incondicionalmente:  
a literatura e a vida.

## **Agradecimentos**

A Deus, que me concedeu a honra de possuir Sua Graça, me trouxe até aqui e me mostrou durante toda minha vida o poder da fé e do amor.

Aos meus pais, Israel e Regiane, as pessoas que mais amo, responsáveis por tudo o que sou e conquistei.

À minha irmã Larissa, que embora mais nova que eu, muitas vezes me ensinou a ser forte e resistir aos obstáculos que o mundo nos reserva.

Ao meu esposo, um presente de Deus para mim, que muitas vezes abriu mão de seus desejos para me auxiliar no percurso até aqui, me amparou quando precisei e me empurrou quando não tinha mais forças.

À toda minha família, em especial Fabrício e Marina, por sempre acreditarem em mim (na maioria das vezes mais do que eu mesma).

À Nathalia Piton, a amiga que a UNICAMP me deu, que sempre me ouviu atenta e me chamou atenção quando precisei; principalmente por ter me ajudado tanto no último semestre, sendo muitas vezes uma “bengala” para mim, sem em nenhum momento reclamar do peso.

As minhas amigas de trabalho e de vida: Aline, Ana Luíza, Isadora, Luísa, Mayara, Priscila, Rafaela, Stephanie. Obrigada por cada abraço, cada escuta paciente, cada palavra de apoio. Vocês não fazem ideia do quanto me ajudaram nessa reta final!

Ao professor Aldo de Lima, por ter sido sempre tão atencioso e solícito comigo e por ter aceitado ser o meu segundo leitor.

À Ana Lucia Guedes-Pinto, por me orientar com tanta dedicação, me ajudar em cada linha aqui escrita e por compartilhar do amor que sinto pela literatura.

Todo pequeno leitor tem o direito  
de ser herói,  
escolher o personagem principal  
e decidir quando e como quer ler.

Todo pequeno leitor tem o direito  
de brincar com as palavras,  
fazer amigos incríveis  
e levar a turma toda para passear.

Todo pequeno leitor tem o direito  
de fazer de conta,  
ajudar nas compras  
e saborear tudo que aprender.

Todo pequeno leitor tem o direito  
de contar histórias,  
ouvir histórias  
e inventar tudo outra vez.

Todo pequeno leitor tem o direito  
de sonhar sempre...  
com um final  
feliz.

Patricia Auerbach, 2017

## **Resumo**

Compreendendo que a formação do indivíduo leitor ocorre em vários contextos sociais e que a escola tem um papel marcante nessa formação, este trabalho busca problematizar algumas das relações que se estabelecem entre leitura de literatura e a forma que essa leitura pode ser realizada. O olhar lançado tem como fundamento o entendimento de que a literatura é um Direito Humano, portanto, um direito a ser preservado e resguardado, principalmente na instituição escolar.

Este estudo apresenta um levantamento de casos de domínio público que abordam fatos de censura ocorridos dentro das escolas. Essa escolha teve o intuito de compreender as várias facetas de cada evento e desenvolver algumas reflexões em torno das práticas de leitura da literatura e os cerceamentos a que estão expostas.

Após esse levantamento, o objetivo principal centrou-se em analisar cada episódio e suas características em comum, focalizando assim esse movimento de tutela/controlado desencadeado por determinados segmentos da sociedade civil e que tem provocado certos impactos nos programas de promoção de leitura em nossas escolas.

**Palavras-chave:** literatura; censura; práticas de leitura; leitura da literatura; literatura e escola.

## Índice

1. Como tudo começou.....	9
2. A literatura como Direito Humano .....	14
2.1. A história da literatura infantil no Brasil .....	16
2.2. A leitura da literatura para crianças .....	20
3. Metodologia .....	22
4. Monteiro Lobato e a literatura.....	25
4.1 O percurso do veto.....	27
5. Ana Maria Machado .....	31
5.1 Nem tudo são flores.....	31
6. Uma censura leva a outra .....	35
7. O que ficou... ..	41
8. Referências.....	43

## 1. Como tudo começou...

Embora a história de leitura de cada um de nós sempre se articule a uma história coletiva, ela tem, também, lances extremamente individuais, que a tornam única. São, com certeza, bastante pessoais as maneiras pelas quais cada um de nós se aproximou da leitura.” (LAJOLO, 2005)

É muito desafiador começar a escrever meu TCC, já que ele provocará a rememoração do percurso que me trouxe até aqui: a Pedagogia, o último ano de faculdade e a literatura.

Cresci em uma casa repleta de livros. Minha mãe, leitora assídua, tinha sempre um livro na sua cabeceira. Quando grávida de mim, o livro era “A Moreninha”<sup>1</sup>, romance de Joaquim Manoel de Macedo publicado em 1844 que trazia como personagem principal Carolina, inspirando-a na escolha do meu nome.

Desde pequena era presenteada com livros. Uma de minhas recordações mais antigas era uma caixinha azul nomeada por “Tesouro de clássicos Disney”. Ao abri-la, uma música começava a tocar. Dentro, cinco livros coloridos de histórias da Disney que me acompanharam durante boa parte da infância. Me recordo disso, pois lembro de, um pouco mais velha, ficar incomodada por ver rabiscos com caneta nos livros e descobrir que eu os havia feito quando mais nova.

Minha mãe, com oito anos, ganhou um livro que se chamava “As meninas exemplares”<sup>2</sup>, escrito por Condessa de Ségur. Li e reli inúmeras vezes. Lembro-me de andar com ele para cima e para baixo e achar incrível por ele ser um livro grande... Mais tarde, minha mãe comprou para mim a continuação do livro: “As férias”<sup>3</sup>.

Com sete anos, decidi que era hora de ler o tal “O pequeno príncipe”<sup>4</sup>. História complexa... alguns momentos não faziam sentido para mim. Da onde havia surgido aquele príncipe? O que acontece com ele no final quando o autor escreve “Não gritou. Tombou devagarinho, como tomba uma árvore. Não fez sequer barulho, por causa da areia.” (EXUPERY, 1943)? Então, fiz minha mãe ler para mim e a interrompia para perguntar tudo o

---

1 MACEDO, Joaquim Manuel de. **A moreninha**. São Paulo, SP: FTD, c1991

2 SEGUR, Condessa de. **As meninas exemplares**. São Paulo, Sp: Ed. Do Brasil, 1995.

3 SEGUR, Condessa de. **As férias**. São Paulo, SP: Ed. do Brasil, [19--].

4 EXUPERY, Antoine de Saint. **O pequeno príncipe**. Livraria Agir Editora, 27ª ed, 1984.

que não compreendia. Não conseguia entender algumas lágrimas que insistiam em escorrer pelos olhos dela.

Por volta dos oito anos de idade desejei ler um livro “grande” como os que minha mãe lia (que não fosse o já desgastado “As Meninas Exemplares” que já sabia de cor). Havia esgotado minhas possibilidades com os livros infantis que tinha em casa. Então, escolhi na biblioteca da minha mãe um que possuía um nome curioso e comecei a ler. Logo no início, tive dificuldades para compreender algumas palavras difíceis. A chamei para me esclarecer e ela disse que eu ainda era muito nova para ler *Dom Casmurro*<sup>5</sup>. Um detalhe que considero muito importante: hoje, ao me lembrar desse momento, tenho a certeza de que se insistisse em ler o clássico de Machado de Assis, minha mãe não me impediria. Embora não o achasse um livro apropriado para minha idade, ela me deixaria descobrir isso sozinha. Essa percepção é importante para enfatizar o quanto meu acesso aos livros e a literatura era livre. Além de me estimular a leitura, minha mãe me deixava escolher como, quando e em quais mundos literários entrar.

Minha mãe prometeu-me resolver o meu problema. Alguns dias depois, me trouxe três livros comprados em um sebo de Campinas: “O meu pé de laranja lima”<sup>6</sup>, de José Mauro de Vasconcelos, “Heidi”<sup>7</sup>, de Johanna Spyri e “David Copperfield”<sup>8</sup> de Charles Dickens.

“O meu pé de laranja lima” também foi um livro que me marcou de diversas maneiras. Logo nas primeiras páginas, um dos personagens descreve o tio com um palavrão. Fiquei impressionada, já que palavras como essa não faziam parte do meu cotidiano e eram proibidas em minha casa. Então, pedi para que minha mãe lesse pra mim esse livro também. Ela começou a leitura e lembro-me de aguardar ansiosamente o momento do palavrão. Tinha certeza que ela iria ficar envergonhada, que não o iria ler em voz alta para mim. Engano meu: ela continuou a leitura com muita naturalidade e leu exatamente o que eu havia lido. Lembro de dizer “Mãe!” e ela me explicar que era o que estava escrito e o fato de não termos o hábito de usar palavras assim não queria dizer que elas não existiam. Mais uma vez, vivenciava em casa, no âmbito privado, o acesso a literatura como ela é: sem censuras, sem alterações. Ela (a literatura) sempre se escancarava para mim e me deixava escolher o que (ou quem) eu queria ser. Terminamos esse livro com muitos momentos interrompidos por choros causados pela dor imensa que sentia ao ouvir narrações de uma pobreza que em minha cabecinha de criança nunca havia imaginado.

---

<sup>5</sup> ASSIS, Machado de. **Dom Casmurro**. Barcelona: Editorial Sol 90, 2004.

<sup>6</sup> VASCONCELOS, José Mauro de. **O meu pé de laranja Lima**. Cia. Melhoramentos de São Paulo, 2000.

<sup>7</sup> Spyri, Johanna. **Heidi**. Editora Tecnoprint LTDA, 1978.

<sup>8</sup> DICKENS, Charles. **David Copperfield**. Hemus-Livraria Editora Ltda, 1981.

A dor existia. O sofrimento existia. A morte de alguém querido existia. Descobri tudo isso nas linhas escritas por José Mauro de Vasconcelos e lidas pela minha mãe, leitora que não as amenizava, não as alterava, apenas as lia e se permitia chorar comigo. Apenas compartilhávamos aqueles momentos, em que a emoção provocada pela leitura do texto fazia fluir e vir à tona.

São diversas as lembranças doces que tenho da leitura da literatura na minha infância, tendo sempre minha mãe como parceira, que lia para mim e me escutava ler para ela. Dessa forma, a leitura assumia um importante papel em minha vida. Estar com minha mãe e os livros se constituíam momentos de muito prazer, cumplicidade e de carinho. Era um momento em que a leitura em voz alta, compartilhada, se tornava experiência.

Tomemos em primeiro lugar a leitura. Está ela sendo praticada como passatempo ou como algo que passa para além do seu tempo de realização? É a segunda modalidade de ação leitora que mais me interessa. Atribuí outro significado às ações de ler, escrever e “contar” (Kramer, 1995), por entender que é a narrativa, o relato para o outro, que torna a vivência uma experiência. (KRAMER, 2000)

KRAMER (2000), inspirada nos ensaios de Walter Benjamin, nos esclarece a diferença entre vivência e experiência: a primeira, finita, se esgota no momento em que é realizada; a segunda, por ser contada e compartilhada com o outro torna-se infinita, coletiva e portanto podemos chamá-la de experiência. Ao utilizar as lembranças da leitura com minha mãe para escrever meu trabalho é possível notar o quanto a leitura, realizada como experiência, me constituiu no que sou hoje.

No período em que frequentei a escola, a leitura da literatura acontecia de forma regular, marcada pelas atividades de estudo e compreensão do texto e de leituras obrigatórias de autores renomados da literatura. Apesar de se constituírem como atividades formais, de maneira diferente das que experienciava em casa com minha mãe, aproveitava-as todas. Continuei a desenvolver um sentimento positivo e prazeroso com a leitura da literatura no âmbito escolar.

Ao chegar ao Ensino Médio, estava decidida a cursar Direito, já que o que falavam do curso é que “precisava gostar de ler”. Mas a vida, assim como a literatura, é repleta de surpresas. Prestei o vestibular da UNICAMP com a intenção apenas de conhecer a prova e ver como iria me sair. Fui aprovada na primeira fase. Realizei as provas da segunda fase e um dia, sentada em uma carteira de uma faculdade tendo aulas do curso de Direito (naquele momento cursava o 1º semestre desse curso), vi meu nome na lista de aprovados do curso de Pedagogia da UNICAMP.

Após um longo período de dúvidas e incertezas, me decidi e iniciei meu percurso na graduação em Pedagogia, sem saber ao certo os caminhos que iria trilhar. Como sempre trabalhei enquanto estudava, como forma de ajudar minha família com minhas despesas, decidi que iria continuar trabalhando e, no primeiro ano da graduação, iniciei minha experiência profissional como professora auxiliar da escola em que me encontro até hoje.

Para minha surpresa (e mais tarde, profunda admiração), a prática da leitura como fruição é uma característica importante da proposta pedagógica da escola em que fui contratada. Lá a prática da leitura deleite se configura como uma atividade permanente em todos os seus níveis de ensino. Os professores, no início das aulas, realizam uma leitura para os alunos que não necessariamente possui um objetivo (uma atividade, por exemplo), mas apenas para iniciar o dia com um momento de prazer e troca. Ou seja, a prática da leitura abre os dias dos trabalhos cotidianos da escola. Institucionalmente, ela assume um lugar inaugural, marcando o início da rotina escolar.

Assim, cada vez mais pude sentir os efeitos a curto e a longo prazo que essa leitura diária proporciona na construção de um aluno leitor e isso foi me modificando enquanto professora auxiliar. Com o passar do tempo, passei a compreender a leitura como algo muito além do prazer, mas também como uma linguagem importante para a compreensão de um mundo – um mundo que precisa ser enxergado de suas diversas formas.

Ao me aproximar do último ano da graduação, já havia decidido que meu TCC seria relacionado à literatura, já que é ela que me move e comove. Mas ainda não sabia para onde direcionar o meu olhar.

Foi então que durante uma aula do oitavo semestre, na disciplina Metodologia do Ensino Fundamental, ministrada pela Prof<sup>a</sup>. Ana Lúcia Guedes-Pinto, decidi qual seria o meu tema. Um dia, ao realizar a leitura fruição, como sempre fazia no início de suas aulas, houve um desconforto geral na sala. Explico: o livro escolhido pela professora foi “O matador”, escrito por Wander Piroli (2008), que conta a história de um menino que queria muito ser como seus amigos: todos eram ótimos na pontaria e em matar pardais, menos ele. Queria tanto ser como seus amigos, que um dia conseguiu realizar tal proeza. E o preço foi, sozinho, com seus estilingues, ver a agonia dos últimos instantes de vida do pássaro. Isso o marcou de modo contrário ao que esperava e até hoje ele se lembra do bichinho que atingiu com seu estilingue.

O livro possui um final triste que nos faz refletir sobre as consequências de nossos atos e os sentimentos que eles podem nos proporcionar. Ao terminar a leitura em voz alta do livro, começou-se uma discussão em nossa turma sobre o que deve e o que não deve ser lido na escola, pois o livro lido era “triste demais” para ler para uma criança, conforma alguns de meus colegas disseram após ouvirem a história.

Naquele momento me senti incomodada em meio às manifestações de desaprovação da leitura de algo triste para uma criança. Acredito que minha formação enquanto leitora tenha sido tocada por esse incômodo, justamente porque a vivi sem entraves e de forma livre. Compreendo a leitura como algo que nos prepara para o mundo e nos forma como indivíduos que somos. Sendo assim, por que algo triste deve ser proibido ou preservado para mais tarde? Apenas finais felizes são permitidos? Essas inquietações e o desejo por compreendê-las e superá-las me trouxeram até aqui.

Como ressaltado antes, ser atravessada e constituída dessa maneira pela leitura da literatura proporcionou-me que ela se tornasse algo essencial e indispensável para mim.

Então, graças a essas experiências e escolhas, iniciei o processo para a elaboração do meu TCC e, logo no início das leituras para aprofundamento do tema em questão, me encontrei no livro “O Direito à Literatura”, uma coletânea de artigos organizados pelo professor Aldo de Lima<sup>9</sup>. Escrito pelo crítico literário e professor Antonio Candido, o artigo que deu nome ao livro nos diz que “pensar em direitos humanos tem um pressuposto: reconhecer que aquilo que consideramos indispensável para nós é também indispensável para o próximo” (CANDIDO, 1995).

Portanto, as linhas aqui escritas buscam explorar a importância da compreensão da leitura da literatura em suas diversas possibilidades e objetivos, compreendendo-a principalmente como uma linguagem poderosa, subsidiadora da transformação do indivíduo e a necessidade que temos de possuí-la e ofertá-la de todas as formas possíveis, transformando-a em um direito de todos.

---

<sup>9</sup> Professor da Universidade Federal de Pernambuco.

## 2. A literatura como direito humano

Se as possibilidades existem, a luta ganha maior cabimento e se torna mais esperançosa, apesar de tudo o que o nosso tempo apresenta de negativo. (CANDIDO, 1988)

O já citado livro “Direito à Literatura”, buscando responder e compreender a relação entre a Literatura e os direitos humanos, nos traz diversos ensaios que irão problematizar esse tema:

São ensaios que pensam e problematizam a Literatura no conjunto das relações histórico-socioculturais e no cotidiano escolar, confirmando seu intrínseco interesse social, sua indiscutível funcionalidade histórica, seu vasto comprometimento com a vida. Com o ser humano. (LIMA, 2012)

Candido (1988) inicia seu texto trazendo reflexões sobre os avanços que ocorreram em nossa sociedade e indicando que, contraditoriamente, avançamos em alguns pontos e regredimos em outros. Para exemplificar, aponta a energia atômica, que pode gerar uma força criadora ou destruir a vida através de guerras. Assim, ele nos mostra que os mesmos meios que poderiam ser chamados de “avanços” podem causar nossa destruição.

Seguindo sua reflexão, Candido assinala que embora tenhamos evoluído muito enquanto conquistas e progressos sociais, a barbárie continua entre os homens. O autor aponta que é uma barbárie civilizada, pois embora ela ainda exista, há uma visão crítica dela, transformando o mal que antes era comum em algo não mais tão natural. Dessa forma, vemos nos discursos políticos e econômicos uma mobilização (ainda que tal mobilização fique na maioria das vezes no plano teórico e não no prático) em torno das desigualdades, que dado ao tempo em que vivemos e dos recursos intelectuais e técnicos que dispomos, poderiam ser atenuadas consideravelmente.

Com essa introdução, Candido vai nos levando a compreender o significado dos Direitos Humanos, explicando:

Nesse sentido, talvez se possa falar de um progresso no sentimento do próximo, mesmo sem a disposição correspondente de agir em consonância. E aí entra o problema dos que lutam para que isso aconteça, ou seja: entra o problema dos direitos humanos. (CANDIDO, 1988)

Assim, o conceito de Direito Humano nos mostra que precisamos incluir nosso próximo quando reivindicamos um “direito nosso”.

Com essa análise, surge a questão: de que forma a literatura se constitui em um Direito Humano?

Para isso é preciso compreendermos que as necessidades humanas estão muito além das físicas. Nós precisamos de alimento, abrigo, saúde e quaisquer outros bens que garantam nossa integridade física. Porém, é comum (e às vezes cultural) nos esquecermos de outras necessidades que o indivíduo possui: como a liberdade, o direito à resistência e também à fruição da arte e literatura. Aqui, usarei o conceito de literatura compreendido por Candido:

Chamarei de literatura, da maneira mais ampla possível, todas as criações de toque poético, ficcional ou dramático em todos os níveis de uma sociedade, em todos os tipos de cultura, desde o que chamamos de folclore, lenda, até as formas mais complexas e difíceis da produção escrita das grandes civilizações. (CANDIDO, 1988)

O autor acrescenta que a literatura deve ser compreendida como uma espécie de objeto construído que possui um grande poder humanizador. Essa humanização, para Candido, consistiria em toda a característica que confirma no homem os traços que consideramos essenciais: o exercício da reflexão, aquisição do saber, o pensar no próximo, compreensão das complexidades do mundo e a valorização da beleza, das emoções. Tudo isso pode ser desenvolvido no indivíduo através da leitura da literatura que, portanto, é tomada como um Direito Humano.

Lajolo (2012) também endossa as palavras escritas por Candido, ao iniciar seu artigo na coletânea com uma interlocução com a música “Comida” dos Titãs, dizendo que essa necessidade da arte é muitas vezes esquecida pelo cotidiano, mas é tão essencial quanto outras como alimentação, escola e saúde:

É assim, em nome dos muitos homens e mulheres que desde muito tempo atrás vêm se envolvendo com registo e interpretação de sinais em superfícies sólidas – escrita e leitura –, que se ancora nosso direito – de cidadãos do século XXI – de acesso irrestrito ao que de melhor, de mais bonito e envolvente, se escreve. (Lajolo, 2012)

Assim, defenderei nesse trabalho o direito inalienável que possuímos de ter acesso livre a esse objeto humanizador, desde a infância, objeto esse que é responsável por nos libertar do apego ao real, da alienação, da manipulação, possibilitando-nos de formar e reformar, constituir e reconstituir e de pensar e repensar nossa humanidade.

## 2.1 A história da Literatura Infantil no Brasil

Reviver minhas memórias com a leitura da literatura, que foi tão presente e essencial na minha infância, fez-me começar a enxergá-la como um bem que também deve ser oferecido para qualquer pessoa, já que é essa a compreensão de Direito Humano que abordo neste trabalho.

Cecília Meireles, poeta e professora brasileira, em uma conferência realizada em 1949 em Belo Horizonte<sup>10</sup>, relatou que uma de suas inspirações era uma Biblioteca Infantil, que possuísse em seu acervo relatos da infância de todos os países, que proporcionaria o que ela chama de “humanização infantil”. A autora dizia tinha a esperança de que, se todas as crianças se entendessem, os homens não fossem tão hostis. Assim, comecei a refletir sobre a importância de uma formação literária desde a infância e iniciei minha busca do caminho percorrido pela Literatura Infantil em nosso país e suas especificidades.

Regina Zilberman (2014), em seu livro “A literatura Infantil Brasileira” nos apresenta o percurso histórico do livro infantil no nosso país. A literatura infantil brasileira conta com mais de cem anos de história que foram construídos e afetados por movimentos políticos contemporâneos a ela.

Zilberman (2014) nos relata que os primeiros livros para crianças surgiram na época em que o Brasil deixa de ter um governo monárquico. Nesse momento a classe média urbana ascende e reivindica direitos como maior liberdade política e novas iniciativas educacionais. Os primeiros livros para crianças surgem como uma resposta ao grupo social que emergia.

Ao me deparar com essa parte da nossa história, refleti: a origem da literatura infantil no nosso país se apresentou como uma resposta a pedidos da sociedade por mais liberdade e educação. Sendo assim, a literatura infantil surge como possível caminho para instrução e emancipação. Candido (1988) nos fala que a literatura traz o equilíbrio social por satisfazer a necessidade universal que temos de entrar no universo da ficção, como um sonho:

Por isso é que nas nossas sociedades a literatura tem sido um instrumento poderoso de instrução e educação, entrando nos currículos, sendo proposta a cada um como equipamento intelectual e afetivo. (CANDIDO, 1995)

Assim, para atender à reivindicação social, era necessário que houvesse autores dispostos a se dedicarem a literatura infantil, já que no Brasil ainda não havia livros escritos para crianças.

---

<sup>10</sup> Conferência que posteriormente deu origem ao livro “Problemas da Literatura Infantil”.

Como essa demanda não foi prontamente atendida, a saída escolhida foi optar por traduzir obras estrangeiras, adaptar obras destinadas ao público adulto, adaptar o material escolar, utilizar da tradição popular oral para a escrita de histórias.

A adaptação das histórias originalmente escritas para adultos torna-se marcante, já que uma vez adaptadas, poucos se lembram de sua origem distante do público infantil. As histórias conhecidas até hoje como contos de fadas são um exemplo disso.

Após essa fase de se usar das adaptações, Zilberman (2014) menciona que, autores como Carl Jansen, ao virem para o Brasil e perceberem a falta de uma literatura infantil, dedicam-se a traduzir clássicos para a nossa língua.

Figueiredo Pimentel também dedicou-se à Literatura Infantil, escrevendo histórias de fadas com origem portuguesa de narrativas contadas pelas escravas que participavam tão ativamente do cotidiano da infância brasileira do século XIX.

Graças a esses primeiros nomes e iniciativas, a Literatura Infantil em nosso país ganha nomes clássicos como Monteiro Lobato.<sup>11</sup>

Após Lobato, diversos nomes marcaram nossa literatura. O Brasil estava em uma crescente graças ao período desenvolvimentista que se iniciou com o fim da Segunda Guerra Mundial. Mas a Literatura Infantil sofria uma crise, faltando aquela característica imaginativa que tanto nos marcou as obras de Lobato.

Em meados de 1960 o Brasil, com dificuldades para controlar a economia o governo, acaba perdendo a confiança da classe dominante e presenciamos o golpe militar que derruba o presidente que estava no poder colocando um general no seu lugar.

Essa fase é importante para a história da literatura, pois instalou-se um governo autoritário e conservador, que em 1968 promulgou o AI-5: ato institucional que proibiu qualquer manifestação contrária ao governo, prometendo aos desobedientes punições severas como perda de emprego, prisão e tortura.

Esse quadro afeta toda a cultura em geral e a literatura conseqüentemente. Porém, como nos aponta ZILBERMAN:

---

<sup>11</sup> Autor que será abordado com mais detalhes nos próximos capítulos desse trabalho;

A literatura não escapou da repressão, no entanto, sofreu menos. E a literatura infantil, que, talvez por não ser vista, não era lembrada, pôde se apresentar como uma dessas válvulas de escape, por onde os produtores culturais – escritores, ilustradores, artistas em geral – tiveram condições de manifestar ideias libertárias e conquistar leitores. (ZILBERMAN, 2014)

Assim, novamente, a literatura se mostra como uma manifestação da sociedade, uma maneira de ajudar a promover a democratização: das ideias, das opiniões e do conhecimento.

Com a compreensão do contexto histórico que nos trouxe até aqui, pretendo realizar reflexões que demonstram e exemplificam as diversas discussões que irão compor a principal afirmação desse trabalho de conclusão de curso: A literatura é um direito humano.

## 2.2 A leitura da literatura para crianças

Para iniciar esta parte do meu trabalho, retorno ao caso ocorrido na disciplina Metodologia do Ensino Fundamental, já relatado por mim na introdução, que me afetou e deu origem as reflexões desse trabalho.

Wander Piroli, autor do livro lido naquela aula e que gerou um desconforto por ser considerado um livro infantil, já gerava polêmicas em 1975 com o livro *O menino e o pinto do menino*. Zilberman (2014) relata que o primeiro desconforto foi gerado pelo título, ambíguo, que fazia alusão à genitália do menino narrado. O segundo desconforto teria sido causado pela capa, que reforçava na ilustração de que o “pinto” do título realmente era o órgão reprodutor do menino. Piroli parecia romper com fronteiras e o tradicionalismo característico da literatura infantil.

Lida atualmente, a narrativa de Wander Piroli declara que veio para ficar, pois oferece a comovente história do menino que, tendo recebido um inusitado presente da professora – o pinto do título da obra -, não tem condições de manter o pequeno animal no apartamento onde mora. O relato é simples e linear, evidenciando os problemas domésticos experimentados pela classe média brasileira, comprimida num pequeno imóvel, com falta de dinheiro e excesso de trabalho. Mas o texto não se limita a fotografar o cotidiano da população brasileira residente nos grandes centros urbanos; ele traduz a perspectiva com que a criança percebe o aperto dos pais, a boa intenção da professora, a fragilidade de sua condição pessoal, razão porque pode ser entendida e admirada por pequenos leitores. (ZILBERMAN, 2014)

Assim, Wander Piroli faz uso da literatura e de personagens infantis para problematizar assuntos polêmicos e tristes, fazendo uso de uma escrita que se adéqua ao público infantil e adulto.

Retorno ao ocorrido da disciplina de Metodologia do Ensino Fundamental. A leitura do livro “*O matador*” gerou polêmica nos ouvintes adultos, ao não conseguirem ou se recusarem a imaginar a mesma leitura sendo realizada para um público infantil. Argumentos como o livro ser “triste demais para ser lido para crianças”, ou possuir um final “muito forte” foram utilizados para o convencimento de que aquela não era uma obra de literatura infantil ou que, mesmo sendo reconhecida como tal, não parecia adequada para ser lida em uma classe com crianças pequenas. Esses foram alguns dos pontos abordados na discussão que se seguiu após o término de sua leitura.

Assim, desenvolvo algumas reflexões: em primeiro lugar, é preciso compreender que a leitura da literatura por si só, ainda que controlada e realizada pelo adulto, já é elaborada de maneira diferente pelos diversos sujeitos que a escutam. Cada um fará uma apropriação de

acordo com suas vivências e experiências anteriores, o que torna impossível censurar e mediar completamente o processo de leitura de um livro.

Os professores, ao buscarem a postura de ser cuidadosos ao escolher os livros que irão utilizar para ler para as crianças, muitas vezes se deparam com a dificuldade de afastar o olhar de suas crenças e conceitos elaborados ao longo de toda uma formação. Ao abordar um livro em sala de aula, podemos cometer alguns vetos, pois “somos impregnados por um moralismo que pretende controlar os sentidos do texto” (EVANGELISTA, 2015). Assim, corremos o risco de passar para nossas crianças/alunos ideologias que nós construímos com nossas experiências, impedindo-os da oportunidade de ir além: no conhecimento e na construção de si.

O gênero ‘literatura infantil’ tem, a meu ver, existência duvidosa. Haverá música infantil? Pintura infantil? A partir de que ponto uma obra literária deixa de constituir alimento para o espírito da criança ou do jovem e se dirige ao espírito do adulto? Qual o bom livro para crianças, que não seja lido com interesse pelo homem feito? Qual o livro de viagens ou aventuras, destinado a adultos, que não possa ser dado à criança, desde que vazado em linguagem simples e isento de matéria de escândalo? Observados alguns cuidados de linguagem e decência, a distinção preconceituosa se desfaz. (DRUMMOND, 1964)

O poeta brasileiro Carlos Drummond de Andrade, em seu livro “Coração de Minas” faz-nos refletir sobre o fato de que a literatura deve ser enxergada sem uma distinção preconceituosa, sem ser taxada exclusivamente como infantil ou adulta. A ideia que ele nos traz é a de que qualquer obra pode ser lida para a criança, desde que haja um cuidado na linguagem que será utilizada.<sup>12</sup>

Com essa consideração, retorno aos temas considerados polêmicos e muitas vezes proibidos de serem abordados com crianças. Como nos diz Candido (1988), a literatura possui uma função humanizadora, pois ela tem a capacidade de confirmar a humanidade do homem – o que torna difícil “pôr de lado os problemas individuais e sociais que dão lastro às obras e as amarram ao mundo em que vivemos” (CANDIDO, 1988).

Assim sendo, é preciso que não tenhamos a inocência de privar as crianças ao acesso a temas que consideramos polêmicos ou inapropriados, já que estes irão perpassá-las de diversas formas durante suas vidas. Privá-las de conhecê-los é não prepará-las para esse momento, tornando-o ainda mais difícil.

---

<sup>12</sup> Sabemos que a designação do termo “literatura infantil” já provocou inúmeras polêmicas. Algumas autoras do campo já se detiveram sobre o assunto, como Lajolo (2001), Lacerda (1998) e Ferreira (2006), apenas para citar alguns nomes. No âmbito deste TCC não vamos nos deter nesse debate. Assumimos a nomenclatura “literatura infantil”. Tratar da polêmica iria nos desviar do foco deste estudo.

Como já citado, uma das minhas lembranças mais antigas de contato com os livros era a caixa chamada de “Tesouros de clássicos Disney”. Dentro, cinco histórias envolventes que começavam com “Era uma vez” e terminavam com “e foram felizes para sempre”. Histórias que até hoje fazem parte das leituras para as crianças e causam suspiros em todos.

É preciso novamente considerar a necessidade que temos do tão conhecido “felizes para sempre”, já que

Assim como todos sonham todas as noites, ninguém é capaz de passar as vinte e quatro horas do dia sem alguns momentos de entrega ao universo fabulado. (CANDIDO, 1988)

Porém, é necessário um cuidado com o excesso de finais felizes que proporcionamos para nossas crianças para não criarmos um mundo imagético onde apenas essas histórias tenham sentido, privando-as de um contato com outros finais possíveis para a literatura e para a vida.

### 3. METODOLOGIA

*“Isso de começar não é fácil. Muito mais simples é acabar. Pinga-se um ponto final e pronto; ou então escreve-se um latinzinho: FINIS. Mas começar é terrível.”*

Monteiro Lobato, 2009, p.4.

Para explorar o percurso metodológico utilizado por mim nesse trabalho, optei seguir o significado de metodologia apresentado por Minayo (2007, apud GERHARDT e SILVEIRA, 2009) que se traduz em algo bastante abrangente:

(...) a) como a discussão epistemológica sobre o “caminho do pensamento” que o tema ou o objeto de investigação requer; (...) c) e como a “criatividade do pesquisador”, ou seja, a sua marca pessoal e específica na forma de articular teoria, métodos, achados experimentais, observacionais ou de qualquer outro tipo específico de resposta às indagações específicas. (MINAYO, 2007)

Desse ponto de vista apresentado pela autora, o percurso metodológico irá depender do assunto da pesquisa, os caminhos pelos quais ela foi direcionada e também das características do próprio pesquisador, que de sua própria forma realiza seu estudo e escolhe quais olhares irá lançar sobre ela. Isso, como ressalta Minayo, caracteriza a pesquisa com uma marca pessoal que nada mais é do que o pesquisador inserido em cada linha escrita por ele.

Assim sendo, iniciei a busca sobre censura por casos de domínio público que estivessem ligados ao tema em foco. Como era um tema pelo qual já me interessava antes de iniciar o percurso do TCC, já conhecia alguns dos episódios que tiveram maior repercussão e, ao me aprofundar neles, me aproximei de outros também ligados ao assunto de meu interesse nesse trabalho: a censura na leitura de literatura.

Nesse momento do estudo, pude perceber a complexidade do tema, uma vez que o que antes para mim configurava-se apenas casos raros, mostrou-se constituir-se em algo muito comum. Dessa maneira, optei por realizar um recorte em minha pesquisa e direcionar meu olhar para casos de censura na prática da leitura escolar, recorte esse que me auxiliou e me possibilitou uma análise mais aprofundada sobre o ocorrido em si e o diálogo possível com os autores que fundamentam a literatura ser tomada como um Direito Humano, referenciais teóricos deste estudo.

Também, ao decorrer do TCC, selecionei casos que abordassem situações de censura de obras clássicas, escritas por autores renomados e comumente utilizadas em escolas para compor projetos literários e atividades pedagógicas.

Dessa forma, como exposto anteriormente, problematizar episódios de domínio público que abordam ou exemplificam questões de censura na leitura da literatura nas escolas, especificamente a literatura infantil. Tais casos geraram comoção e incômodos nos âmbitos acadêmicos e literários, chamando atenção de autores consagrados e de pesquisadores da área.

Essa escolha foi realizada com o intuito de compreender as várias facetas de cada evento e poder assim desenvolver uma reflexão de acordo com o referencial teórico que guiou o percurso dessa pesquisa.

O estudo desenvolvido possui uma abordagem de cunho qualitativo, não se baseando em aspectos quantitativos, mas em casos específicos em que se faz necessário a análise de acordo com referenciais teóricos e da experiência do pesquisador em relação ao tema pesquisado. O tema será problematizado e analisado a partir da compreensão das relações sociais e do contexto histórico em que ele se situa:

A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (GERHARDT e SILVEIRA, 2009)

Assim sendo, frente ao posicionamento de CANDIDO (1988), principal referencial deste TCC, sobre a literatura se constituir como um patrimônio cultural e humano que não pode ser negado e de nenhuma forma censurado, irei abordar os seguintes casos:

- Monteiro Lobato e a tentativa de veto à obra “Caçada de Pedrinho”, acusada de possuir um conteúdo racista;
- Ana Maria Machado, acusada recentemente de incentivar o suicídio em seu livro “O menino que espiava pra dentro”;
- Ziraldo e um caso ocorrido em uma escola no município de Hortolândia (São Paulo), onde seu livro “O menino mais bonito do mundo” é alvo de censura;
- Anne Frank e a polêmica em uma escola de Vitória (ES), sendo censurado posteriormente;

- Kiusam de Oliveira, autora de livros de histórias africanas, que teve o livro “Omo-Oba – História de Princesas” censurado pelo SESI de Volta Redonda/RJ;
- Silvana Rando acusada de cometer racismo em sua obra “Peppa”, retirada de circulação após acusação;

O objetivo dessa pesquisa é problematizar cada caso e suas características, compreendendo assim esse movimento que vem acontecendo em nosso país, de censura na leitura de literatura no âmbito escolar.

#### 4. Monteiro Lobato e a literatura

Um escritor é muito popular quando o mundo que criou escapa a seu controle, como se as personagens vivessem independentemente dele. (ZILBERMAN, 2014)

Monteiro Lobato, escritor nascido em Taubaté-SP em 1882, caracterizou-se por fazer da literatura escrita uma ferramenta de defesa dos seus ideais. No início da sua carreira de escritor, Lobato dedicou-se a escrever sobre situações que vivenciava em seu cotidiano. Um exemplo disso poderia ser reconhecido na personagem Jeca Tatu, que representa a realidade do trabalhador rural e dá início a uma grande discussão no âmbito político e intelectual de sua época. Escrito de maneira seca e realista, o autor buscou nessa obra fazer uma crítica social a uma sociedade brasileira que possuía na época sérios problemas de saúde e educação, utilizando a figura do trabalhador rural para sensibilizar a população em geral de tais problemas sociais no cotidiano individual de muitos trabalhadores.

Assim, Lobato foi se consagrando um dos mais importantes escritores brasileiros do século XX. Lançado em 1921, “Narizinho Arrebitado” foi a primeira obra do autor voltada para crianças que deu início a uma série de histórias que aconteciam no sítio do Pica-Pau Amarelo. Lúcia, a menina que deu nome à obra, mora com sua avó, Dona Benta, no sítio. Tia Nastácia, cozinheira da família, costura para a menina, Emília, uma boneca de pano que começou a falar através de uma pílula mágica. Além dessas personagens, há também Pedrinho, primo de Narizinho, que mora na cidade e geralmente passa as férias no sítio. Há também Visconde, um boneco feito com sabugo de milho pela Tia Nastácia. Todos esses personagens e mais alguns do repertório de histórias brasileiras, fizeram parte de diversas histórias escritas por Monteiro Lobato. Nessa época histórica do Brasil, fazia 33 anos que a abolição da escravatura tinha ocorrido. A sociedade brasileira carregava ainda uma herança de mentalidade específica dessa época.

Como já citado, Lobato possuía uma característica forte em sua escrita: a utilizava como recurso para criticar a sociedade e o momento histórico em que vivia, como nos aponta Martineli (2011, apud SOUZA, 2012):

Lobato critica os hábitos à terra e à produção e denuncia que o governo é incapaz de adotar uma postura mais moderna e economicamente consequente. Essas críticas e denúncias nos fazem perceber que Monteiro Lobato era um crítico social e se preocupava grandemente com o acaso em que o país entrara. (MARTINELI, 2011)

Além de utilizar da escrita, Lobato também possuía um profundo engajamento político, sendo participante de muitos movimentos sociais que emergiam em sua época pela saúde, ambiente e até mesmo em questões políticas como a exploração do petróleo pelo nosso país.

Assim, o criador do Sítio do Picapau Amarelo nos mostrou, por meio de sua obra da Literatura Infantil, marcar características e relações que se estabeleciam em sua época, segundo sua forma de entender o mundo. É importante lembrar que sua maneira de agir pela escrita, posicionando-se no cenário social, não ocorreu sem consequências. Lobato foi preso em 1941 devido a sua decisão de escrever uma carta ao então presidente do Brasil, Getúlio Vargas, com críticas à política brasileira de exploração do petróleo.

#### 4.1 O percurso do veto

Ao longo da história do nosso país, a sociedade tem empreendido diversas lutas sociais, que é também um direito de cada cidadão: reafirmar sua identidade e buscar seus direitos na sociedade democrática. Podemos identificar diversos os movimentos que ocorreram ao longo de nossa história, normalmente com objetivo de diminuição de preconceitos e discriminações.

Em um artigo publicado na revista “Ensino de Literatura e de Teoria da Literatura”, Brito (2014) aborda o conceito de práticas de leitura culturalista de Maria Eliza Cevasco<sup>13</sup>, que seriam atividades lúdicas que abordam a inclusão e a aceitação das diversidades culturais e literárias, explicando:

Assim, a leitura (literária ou não) definir-se-ia como uma prática social que possibilita uma pedagogia da inclusão em que o estético e o social não estão separados, posto que a leitura aproxima o leitor da produção cultural de diferentes épocas, da experiência de cultura de variadas comunidades. (BRITO, 2014)

Foi com essa concepção de cultura democrática e inclusiva que em junho de 2010, foi protocolado no Conselho Nacional da União um ofício relativo a um processo que solicita a não utilização de livros que contenham expressões de prática de racismo, utilizando a obra “Caçadas de Pedrinho” como um exemplo desses livros. O responsável pela denúncia, Instituto de Avocacia Racial (IARA), aponta momentos da narrativa do livro em que a Tia Nastácia é comparada a animais como urubu, macaco etc, considerando assim o livro uma obra racista. Tal denúncia sofreu grande repercussão na mídia e redes sociais, principalmente nos ambientes acadêmicos e literários. Embora se entendesse a importância da obra de Monteiro Lobato, alegava-se no referido documento que não poderia ser desconsiderado todo o estudo e análise sobre a relação entre literatura infantil e a ideologia, a presença de estereótipos raciais e a representação do negro nos livros infantis, solicitando assim a retirada desse livro das bibliotecas de escolas públicas.

Em 2011, decorrente das pressões dos vários grupos sociais organizados que representavam os interesses das minorias, o Parecer CNE/CEB nº 6/2011 determina que é obrigação da escola identificar casos onde há estereótipos raciais e preconceitos e garantir aos estudantes um olhar crítico, trazendo também garantir a compreensão do momento histórico e

---

<sup>13</sup> CEVASCO, Maria Eliza. **Dez lições sobre os estudos culturais**. São Paulo: Boitempo, 2003.

político em que as obras literárias foram produzidas, para assim realizar uma contextualização crítica do autor e da obra.

Também nesse Parecer Jurídico é reconhecido o valor da obra de Monteiro Lobato e sua qualidade, espelhando, assim, o movimento dos estudiosos de Lobato e acadêmicos do campo da literatura em reação ao veto. Demarcou-se o reconhecimento do autor como sujeito de sua época, esclarecendo que dessa forma a literatura não está livre dos possíveis conflitos e tensões que ela pode suscitar. Enfim, é determinado pelo Parecer:

Uma sociedade democrática deve proteger o direito a liberdade de expressão e, nesse sentido, não cabe veto à circulação de nenhuma obra literária e artística. Porém, essa mesma sociedade deve garantir o direito à não discriminação, nos termos constitucionais e legais, e de acordo com os tratados internacionais ratificados pelo Brasil. (BRASIL, 2011)

Como já observado, a iniciativa de vetar a obra de Monteiro Lobato das nossas escolas gerou uma grande comoção no meio acadêmico e literário, onde diversos autores se posicionaram contra isso através de suas redes sociais ou cartas de resistência. Ana Maria Machado, consagrada escritora brasileira, diz em sua carta que uma cultura não pode se construir com medos e ressentimentos, que isso a empobrece. Diz ainda que:

Cabe ao professor orientar os alunos no desenvolvimento de uma leitura crítica. Isso não significa concordar com tudo o que o autor escreveu ou que uma época passada considerava. Pelo contrário, implica fazer uma viagem a esse tempo e tentar compreendê-lo, sem com isso deixar de discordar. Supõe manter a capacidade de dialogar com a obra, distinguindo nela o que não se aprova e o que desperta identificação – características que variam de um leitor para outro, aliás. (MACHADO)

A autora ainda se manifesta questionando os professores e responsáveis por políticas educacionais a respeito da leitura da literatura de Lobato. Afirma que, se houvessem lido com a devida atenção, a compreenderiam como orgulho para nossa cultura, finalizando com a ideia de que se a educação brasileira tem algum problema hoje não é pela leitura de Lobato, mas pela falta dela. Ou seja, a escritora infantil levanta uma faceta polêmica quanto à formação de leitores pela escola.

Marisa Lajolo, já citada, grande escritora e crítica literária, também se manifestou sobre o veto a obra de Monteiro Lobato. Segundo o ponto de vista apresentado pela autora, o leitor fará a leitura de um livro de acordo com as suas experiências e vivências, de acordo com o que o constituiu como indivíduo até aquele determinado momento e que essa liberdade do leitor realizar sua própria leitura vem sendo “atropelada”:

De vez em quando, educadores de todas as instâncias – da sala de aula ao Ministério de Educação- manifestam desconfiança da capacidade de os leitores se posicionarem de forma correta face ao que lêem. (LAJOLO)

A autora em sua carta também nos mostra que toda a situação da infância brasileira está sofrendo com adaptações que adultos julgam necessárias, mudando-se finais de histórias e letras de músicas, tratando isso de uma maneira pobre e incorreta, que desconsidera o potencial das crianças.

No fim da carta, a Marisa nos traz uma visão preocupante de todo esse movimento, sobre a possibilidade de livros virem acompanhados com um manual de como se realizar determinada leitura, mostrando que essa é uma censura mais sutil. Segundo explica, não se diz respeito ao que não deve ser lido, mas nos dizem como ler cada um de nossos livros, nos engessando e transformando o ato de ler em um ato manipulado, direcionado e determinado por alguém que não os que estão envolvidos diretamente: o leitor e o ouvinte. Nesse ponto, mais precisamente se expressa a busca por um controle de sentidos, uma tutela e suspensão veladas, que se insinuam por meio de guias prescritivos de leitura.

Além dos tratados internacionais ratificados pelo Brasil, e de censuras como essa se configurarem como uma violação aos Direitos Humanos, é também uma postura inconstitucional, já que temos esses direitos assegurados em nossa Constituição (1988):

**Art. 5º** - Todos são iguais perante à lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

**IX** - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

**Art. 220º** - A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição:

**§ 2º** - É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.

Dessa forma, a Constituição proíbe qualquer tipo de censura, seja de qual natureza ela for. Na Constituição, entende-se por censura qualquer procedimento que visa impedir a livre circulação de ideias. Também é preciso que pensemos que vivemos em um país democrático e salientando isso, o termo censura se torna antagônico, pois entra em choque com todos os preceitos de uma sociedade democrática. Lembremo-nos de que vetar escritos e impedir a

manifestação intelectual e/ou artística é característica de regimes autoritários e antidemocráticos, os quais devemos lutar contra todos os dias se quisermos continuar possuindo o que temos de mais valioso: nossa liberdade de expressão.

Analisando tudo isso, é possível, sem encarar como um radicalismo, entender que privar ou censurar nossas crianças do contato com as obras de Monteiro Lobato caracteriza-se como crime, já que estaríamos violando nossa Constituição, os Direitos Humanos e tentando controlar algo que não nos pertence: a liberdade do outro.

## 5. Ana Maria Machado

Nos anos 70 do século XX, o esforço pioneiro de Monteiro Lobato, que escreveu sua obra infantil em 1920 e 1948, amadurece seus frutos: a irreverência da sua obra, a solidariedade que ela estabelece com o mundo infantil, a inteligência tantas vezes irônica de seu diálogo com os leitores (inclusive os do século XXI), o esforço empreendido para deslitalizar sua literatura, a irrestrita e corajosa luta por suas crenças, e seu engajamento na construção de um Brasil melhor encontraram herdeiros nas novas vozes das quais a de Ana Maria Machado é emblema, com sua obra vasta e variada. (LAJOLO, 2004) (Grifo da autora)

Ana Maria Machado, nasceu em 24 de dezembro de 1941 e dedicou mais de 40 anos de sua vida a literatura, possuindo mais de 100 livros publicados em vinte idiomas espalhados pelo mundo. Junto disso, a autora ainda recebeu prêmios tanto no Brasil (Jabuti em 1978) quanto internacionais como o Hans Christian Andersen<sup>14</sup>, recebido por ela em 2000 e que, como nos diz Lajolo (2004) evidencia “ a profunda sintonia de Ana com seu tempo, sua terra e seu povo que esse prêmio celebra”. Dessa forma, Ana Maria Machado consagrou-se uma das mais completas escritoras brasileiras.

No final do ano 1969, durante a ditadura ocorrida no Brasil, Ana foi presa pelo governo militar acusada de práticas subversivas, por ter ido contra a reforma na base da educação que discutia o método de Paulo Freire e continuado, com um grupo de educadores, a aplicar materiais de alfabetização para jovens e adultos. Quando exilada, levou consigo histórias infantis que estava escrevendo. Graças a esse período vivenciado por ela, que ocupava o lugar de escritora e jornalista enfrentando diariamente censuras, a autora se dedicou sempre em analisar relações entre literatura e democracia. Suas obras nos oferecem a possibilidade de enxergar a realidade (ainda que através da imaginação) e de nos tornarmos capazes de transformar o mundo em que vivemos.

Atualmente, a autora ocupa a cadeira número 1 da Academia Brasileira de Letras, onde também foi presidente do ano de 2011 a 2013. Durante sua ocupação da presidência da Academia, se dedicou mais a programas sociais de expansão ao acesso ao livro e à leitura nas periferias e comunidades carentes.<sup>15</sup>

### 5.1 Nem tudo são flores

*“Todas as histórias do mundo não ficam guardadas numa cabeça só, por maior que seja. Ficam é em todas as cabeças do mundo. E precisam trocar os fios pra lá e pra cá, trançar o que cada um vai*

---

<sup>14</sup> Importante prêmio literário da literatura infanto-juvenil.

<sup>15</sup> Informações disponíveis em [www.anamariamachado.com.br](http://www.anamariamachado.com.br). (Acesso em 17 de outubro de 2018)

tecendo. Se não, ninguém faz teia nenhuma. E num fio solto ninguém *pode morar. Pra se ficar vivendo, precisa de uma teia.*”

Ana Maria Machado, 1985

Se as histórias do mundo não ficam guardadas em uma cabeça só, é compreensível o fato de que possam haver diversas interpretações de uma história. Porém, é preciso ficarmos atentos a essas interpretações, que podem muitas vezes se tornar formas sutis de censura.

Assim como aconteceu com a obra de Monteiro Lobato, Ana Maria Machado também foi alvo de críticas recentemente. Seu livro “O menino que espiava para dentro”, escrito na década de 1980 (onde os fios que ficavam pra lá e pra cá eram muito diferentes dos que ficam hoje), foi recentemente acusada de induzir os leitores (crianças) ao suicídio.

A história contada relata a vida de um menino que se sentia muito sozinho e possuía um amigo imaginário que o ajudava a combater sua solidão. Como se diverte muito nesse mundo de diversão, o menino Lucas resolve que quer ficar nele para sempre. Então tem a ideia de espetar o dedo em uma agulha assim como a personagem de contos de fada Bela Adormecida. Como não possuía uma roca em sua casa, voltou seu olhar a Branca de Neve e decidiu que, se engasgando com uma maçã, conseguiria permanecer em seu mundo paralelo. Ao fazer isso, o menino sonha coisas lindas como imaginava.

Como nos diz Carvalho (2004) ao analisar a obra *Bisa Bia Bisa Bel*, ao fazer com que o enredo aborde realidade e fantasia, Ana Maria Machado

revela-se como uma autora de grande sensibilidade estética, de comprovado conhecimento da psicologia da infância e da juventude, e, ainda, de imensa capacidade de comunicação com o seu público, o que faz dela um nome impar na literatura infanto-juvenil brasileira. (CARVALHO, 2004)

Porém, embora a autora tenha dedicado sua vida e carreira à literatura, recentemente, como já citado, foi acusada de algo muito sério: indução ao suicídio através de um livro escrito para crianças.

Essa notícia, por ser recente, chegou até a mim através das redes sociais durante a escrita deste trabalho. Não poderia deixar de me debruçar então nesse caso, já que traz o que é analisado aqui: cada vez mais a literatura tem sofrido censuras por parte daqueles que não a compreendem como integrante de um todo maior: o contexto, o objetivo, a característica do autor que a escreve.

Através de um relato de uma mãe nas redes sociais sobre o livro induzir ao suicídio, a crítica tomou proporções maiores, chegando até mesmo a dimensão política, quando Jorge Pinheiro, vereador de Fortaleza, no dia 6 de setembro deste ano, fez uma crítica ao livro em uma sessão na câmara de vereadores da cidade:

Hoje venho consternado nesta Tribuna, para externar uma grande preocupação. Eu como cidadão e pai de cinco filhos sei da importância do incentivo a leitura, mas me chegou uma denúncia sobre o livro O Menino que Espiava Para Dentro, da autora Ana Maria Machado, que é distribuído nas Escolas de Fortaleza. A autora coloca para a criança que ela pode entrar no mundo da imaginação através da maçã do sono profundo. Reforça que é melhor a criança deixar para se ‘engasgar’ com a fruta na hora que estiver sozinha, para assim entrar no mundo imaginário. Isso é apologia ao suicídio. Vamos solicitar uma moção de repúdio, levar essa pauta para a Comissão de Educação e ir ao Ministério Público para que ele entre com denúncia.<sup>16</sup>

Após tais acusações, tanto a editora do livro, Global, como a autora, manifestaram indignação diante do cenário em que foi colocado. A editora explica que o fato de o menino comer e se engasgar com a maçã, se trata de um processo poético para a criança chegar ao mundo da imaginação, ressaltando que desde que o livro foi lançado em 1983 não havia recebido nenhuma crítica sobre isso. A editora também deu ênfase à importância da autora para nossa literatura e sua preocupação com o acesso das crianças aos livros, demonstrando total apoio a ela.

A autora, por sua vez, em entrevista concedida a UOL<sup>17</sup> relata que soube do ocorrido através de uma ligação de seu filho e um e-mail da editora o que de primeiro momento a deixou incrédula. Diz que isso nunca tinha ocorrido em sua carreira e que:

Quando escrevo uma história, em grande parte o processo é inconsciente. Não fico procurando enviar mensagens. Mas é claro que cada história, simbolicamente, vai configurando uma rede de reflexões. Essa girava em torno de imaginação e realidade, e da solidão do filho único que quer um irmãozinho, cria um amigo imaginário, deseja cada vez mais viver num mundo de sonhos com esse personagem inventado, mas acaba ganhando dos pais um cachorro que preenche sua realidade. Uma ideia ligada a essa situação era valorizar a imaginação infantil, mas frisar que a realidade é muito importante, até porque é ela quem alimenta a imaginação. E que nada substitui o afeto.

Sobre a declaração dada pela escritora a fim de explicar sua narrativa literária, gostaria de ponderar alguns pontos. Primeiro, questionar a situação criada pela moção do vereador, que propõe veto a uma obra literária, forçando, assim, que a autora do livro tenha que prestar

---

<sup>16</sup> Disponível em <http://www.cmfor.ce.gov.br/jorge-critica-livros-infantis-a-maquina-de-brincar-e-o-menino-que-espiava-para-dentro/> - Último acesso em 16 de outubro de 2018.

<sup>17</sup> Disponível em <https://paginacinco.blogosfera.uol.com.br/2018/09/07/ana-maria-machado-sobre-acusacoes-tao-absurdo-que-nao-sei-como-reagir/?fbclid=IwAR15gQD8XbcFyG6NnE9jKgUSUUspgngKzNx21ZYgTtyYScIWn2w9IQ3dpDM> – Último acesso em 18 de outubro de 2018.

satisfação sobre sua expressão estética na escrita. Segundo, retomar o posicionamento de Candido (1988) em defesa da literatura como um bem cultural humano inalienável, ao qual todas as pessoas podem e devem ter acesso.

Assim, reforço mais uma vez a importância de uma obra literária nunca ser tomada apenas através da leitura de um trecho, fragmentada e descontextualizada. É preciso entender a obra como um todo, incluindo o autor que a escreve e o tempo em que foi escrita.

Em um artigo publicado na seção A (página 2) do jornal campineiro Correio Popular, a professora Chimena Barros de Gama também se debruça a esse ocorrido, e apresenta uma reflexão:

Nos estudos da literatura e das artes, há a chamada Estética da Recepção. Em suma, essa teoria mostra que uma obra, com o passar do tempo, ganha novos sentidos – aquele que lhe é atribuído pelos leitores de outras épocas, distantes do momento da produção. Parece claro que a história de Ana Maria Machado sofreu os efeitos desse fenômeno; tanto que, nesses trinta anos de obra, jamais o livro fora questionado ou enviado à lista negra dos educadores. Também não há notícias de que qualquer criança tenha cometido atos terríveis contra si mesma após a leitura da história, que é muito mais do que o episódio mencionado. (GAMA, 2018)

Chimena completa seu texto com a ideia de que vivemos épocas difíceis em que a informação corre de maneira muito rápida. Por vezes, informações nocivas. Porém, acrescenta ela, precisamos lançar mão a um olhar crítico das situações para que não façamos julgamentos indevidos e que pais não privem seus filhos de uma literatura rica enquanto permitem tranquilamente e livremente o acesso deles a aparelhos eletrônicos e conseqüentemente à internet. Ela encerra seu artigo dizendo que “antes de jogarmos um livro na fogueira escandalosamente, precisamos verificar se não é hora de desligar os celulares”.

Com esse caso e problematização a ele feita, é possível notar que vivemos tempos em que as censuras ocorrem muitas vezes através de discursos superficiais e empobrecidos, que ao invés de compreender a dimensão da literatura, opta por criticá-la com a intenção de até mesmo erradicá-la, argumentando que ela pode ser nociva a seus valores, defendendo assim a homogeneização e uniformização de comportamentos. Tal posicionamento revela uma atitude egocêntrica que pode nos custar o empobrecimento cultural e social, além da opressão às manifestações artísticas e à liberdade de expressão.

## 6. Uma censura leva a outra

Todos os momentos em que as sociedades tenderam para um pensamento único, em que o contraditório foi banido, a literatura – e as artes de maneira geral – quando não foi afugentada, foi objeto do máximo controle e desqualificação. Afinal, controlar a literatura – arte da palavra conotativa; logo, arte do construir referentes, realidades e mundos possíveis pela imaginação – é controlar a representação de imagens, de fantasias; é controlar a possibilidade de que o homem possa pensar uma realidade segunda, um mundo diverso daquele em que ele se inscreve. (VIEIRA, 2012, p. 65)

Durante o percurso realizado por mim neste TCC, como já citado, além de me debruçar em casos de censura na leitura de literatura nas escolas que tiveram grande repercussão midiática, também analisei alguns casos que não se tornaram tão conhecidos, mas que também nos trazem possíveis reflexões sobre esse evento que tem ocorrido com maior frequência.

Evangelista (2015), em sua pesquisa realizada em uma escola da rede municipal de Hortolândia, estado de São Paulo, desenvolveu em sua dissertação de Mestrado diversas análises de situações ocorridas durante a atividade de leitura oral com uma turma do 2º ano do Ensino Fundamental, com o objetivo de mostrar como a prática da leitura da literatura na sala de aula pode contribuir na formação da criança leitora.

Uma das situações narradas por ela, ocorreu com a leitura em voz alta do livro “O menino mais bonito do mundo”, escrito por Ziraldo<sup>18</sup>. O autor narra essa história de uma maneira que vai deixando o leitor curioso sobre quem seria esse menino do título. Em determinados momentos da leitura, relata a professora pesquisadora, as crianças iam interrompendo-a com perguntas como “Não vai aparecer o menino?”. Alguns conseguiam até fazer a relação do livro com a história da criação, segundo a versão bíblica, perguntando à professora se o menino não seria Adão.

Ao chegar ao fim da história, as crianças mostraram-se decepcionadas por não ter nenhuma imagem do menino. Porém, a professora relata que percebeu uma alteração na materialidade física no final do livro, onde duas páginas haviam sido coladas uma na outra e a última frase recortada e colada na página final. Ou seja, no momento da fruição do texto e, ao chegar ao ápice da narrativa, deu-se conta de que faltava uma parte, e que o suporte material do texto tinha sido modificado.

---

<sup>18</sup> Autor, ilustrador, cartunista, caricaturista, famoso pela obra *O menino maluquinho*, Ziraldo faz parte da vida de diversas gerações através de suas histórias, que já foram adaptadas para a televisão, cinema e teatro e lhe renderam prêmios como o Jabuti da Câmara Brasileira do Livro em São Paulo.

Então, ao conversar com a funcionária da escola responsável pela biblioteca, ela descobriu que a mesma havia colado as páginas deliberadamente, pois, segundo explicou, a imagem final era de uma mulher seminua (a imagem de Vênus pintada por diversos artistas). Ela, então, contou à professora que os alunos do 5º ano ficavam vendo essa imagem e fazendo gestos obscenos enquanto a folheavam. Por conta disso, ela resolveu colar a imagem para, dessa forma, evitar esse comportamento na biblioteca, o que na concepção de EVANGELISTA, interferiu no processo de atribuição de sentidos dos alunos, que demonstraram durante a escuta do texto a expectativa de ver aquela imagem.

Ao mesmo tempo a alteração material feita no livro, pela funcionária, de omitir a última imagem, recortando e colando a frase final em outra página, vem mostrar o quanto estamos impregnados por um moralismo que pretende controlar os sentidos do texto. (EVANGELISTA, 2015)

Mais uma vez, percebemos o quanto, muitas vezes, deixamos com que nossa moral e nossa formação individual afete a escolha do que faremos ao próximo, sem avaliar o quanto isso pode prejudicar ou privar alguém de algo. Ao agir dessa maneira, a funcionária da biblioteca, como nos mostra EVANGELISTA, demonstra uma moral, um julgamento de valor, que está enraizado em uma criação cultural cristã, sem considerar a importância da obra de arte que é retratada no livro e do quanto ela poderia ser explorada e, o mais importante: o quanto ela é crucial para a conclusão da história narrada por Ziraldo. A alteração da materialidade do livro pela bibliotecária encarregada pelo acervo da escola nos mostra como essa interferência corrompeu o sentido da obra, manifestando-se como um modo de censura ao texto escrito pelo autor.

Em março deste ano, outra notícia chamou atenção no meio literário e acadêmico. Pais, em uma escola em Vitória (ES), reclamaram sobre o uso de uma versão em quadrinhos do livro “O diário de Anne Frank”.<sup>19</sup> O livro teve sua primeira versão publicada em 1947, um clássico da literatura, no qual uma adolescente judia narra as experiências que viveu junto com sua família durante a Segunda Guerra Mundial, enquanto estavam escondidos dos nazistas.

---

<sup>19</sup> Notícia disponível em: <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/versao-em-quadrinhos-de-o-diario-de-anne-frank-causa-polemica-em-escola-de-vitoria.ghtml> - última visualização: 20 de outubro de 2018

Segundo os pais que fizeram a reclamação, o livro apresenta trechos com conteúdo ligado à sexualidade, temas considerados por eles inapropriados para alunos de 12 anos (no 7º ano do Ensino Fundamental).

A escola, embora afirme que nem todos os pais reclamaram, decidiu por suspender a leitura do livro, para evitar o desconforto das famílias.

POSSENTI (2018), linguista voltado às questões da teoria e da análise do discurso, ao fazer uma análise do discurso de humor, especificamente das censuras que esse discurso recebe, estende sua reflexão para outras áreas quando afirma:

Se analisarmos o debate sobre limites do humor e o compararmos ao que ocorre em outros campos, por exemplo, sobre a necessidade de haver limites, impostos ou autoimpostos, à liberdade de expressão em geral (da religião à pornografia, digamos), podemos formular a hipótese de que estamos diante de dois discursos apenas: um liberal, iluminista, fundado no preceito das liberdades individuais; outro quiçá culturalista, que renega universais e defende que a liberdade (individual) tem limites, apelando eventualmene para a importância do respeito às diferenças culturais (...) ou a grupos e pessoas em situação social desvantajosa (mulheres, negros, mas também velhos e doentes). (POSSENTI, 2018)

Nessa situação, a primeira reflexão que faço, por conhecer a história narrada por Anne Frank, é tentar compreender o fato de que o livro traz relatos intensos e fortes sobre uma família de judeus que precisa se esconder para sobreviver, mas que mesmo assim é encontrada pelos nazistas e acaba sendo despachada para os campos de concentração. Sendo assim, é um relato repleto de tensões e temas polêmicos diante do cenário conhecido por nós da Segunda Guerra Mundial e o sofrimento das pessoas que a vivenciaram. Dessa forma, a questão da sexualidade presente no livro deveria ter menos proporção, já que esse não é o tema central da história. Mas, apesar de tudo isso, os pais escolhem censurá-la, levando em conta sua moral (constituída graças a sua formação individual), desconsiderando a relevância que esse tema central do livro tem para a aprendizagem de seus filhos e demais crianças da turma. Como POSSENTI nos diz, um discurso que impõe limites de acordo com uma visão bastante parcial da situação. Misturam-se visões que, por supostamente dizerem defender as liberdades individuais, se apoiam na defesa de grupos minoritários, não se atentando a história mais ampla, algo meio esquizofrênico.

Coincidentemente, no mesmo mês do fato ocorrido com o livro “O diário de Anne Frank”, o SESI de Volta Redonda (RJ) proíbe o uso do livro sobre cultura africana “Omo-Oba

– História de Princesas”, publicado pela editora Mazza.<sup>20</sup> No livro, a autora Kiusarn de Oliveira contra histórias africanas que mostram diversos modos de ser feminino. A proibição, de acordo com a escola, foi realizada, pois haviam recebido questionamentos de alguns pais sobre o conteúdo do livro.

Incomodada com essa decisão, Juliana Pereira, professora de história e mãe de um aluno da escola, usou suas redes sociais para manifestar sua opinião contrária a essa atitude de censura. Ela aponta que o uso do livro está previsto e amparado pela Lei Federal 11.645/2008, que torna obrigatório o tema “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” no currículo oficial da rede de ensino, como forma de garantir as memórias e origens afrodescendentes do Brasil. A publicação teve mais de dez mil compartilhamentos.

A autora do livro também se manifestou na ocasião do ocorrido, dizendo que a história não possuía nenhuma conotação religiosa, contendo o objetivo apenas de fortalecer a personalidade de meninas, independente de sua cor de pele, etnia ou condições socioeconômicas. Alegava que o livro, altamente premiado, atende perfeitamente a demanda da Lei citada acima, reprovando a postura do colégio.

Diante dessas manifestações, o SESI revogou sua decisão e manteve o livro no programa educacional da escola. Neste caso específico, é importante destacar o quanto se tornou determinante a abrangência da atividade da mãe (mais de dez mil compartilhamentos nas redes sociais), causando impacto na opinião pública. Assim como o posicionamento da autora também representou uma força adicional. Destacam-se, assim, a relevância de organizações da sociedade civil para responder a decisões de censuras arbitrárias.

Em novembro de 2017, a autora Silvana Rando também recebeu críticas através das redes sociais ao seu livro Peppa, lançado em 2009 pela editora Brinque-Book. Na história, a menina Peppa possui um cabelo muito forte, que consegue fazer diversas coisas por ser tão forte. No decorrer da história, a menina vê um cartaz em um salão, prometendo um cabelo liso. Ela alisa o cabelo e precisa se privar de coisas que ama (como brincar com água) para manter o cabelo assim. A história termina quando Peppa decide que não quer ficar com os cabelos lisos. Prefere poder se divertir com o seu cabelo do jeito que é.

---

<sup>20</sup> Disponível em: <https://jornalistaslivres.org/escola-do-sesi-proibe-livro-sobre-cultura-africana/> . Último acesso em: 24 de outubro de 2018.

A youtuber Ana Paula Xongani, empresária e ativista, fez um vídeo com muitas críticas ao livro, acusando-o de ser racista. Isso porque, aponta a youtuber, durante a história, Peppa é capaz de arrastar a geladeira com o cabelo e sua mãe usa um alicate para cortá-lo, Peppa precisa passar muitas horas no salão para alisar seu cabelo dentre outros momentos do livro.

Ao receber a crítica, inicialmente, a autora alegou que sua intenção era justamente fazer um questionamento ao custo de se querer seguir um padrão e que a moral do livro, oposta ao raciocínio de Xangoni, é que devemos gostar do que somos. Porém, ao perceber que as críticas continuavam, a autora sendo muito pressionada decidiu retirar o livro de circulação, alegando em suas redes sociais que, depois de muita reflexão tomou essa decisão, pois, se existe a chance de alguma criança se ofender com o conteúdo do livro, ela prefere que ele deixe de existir. A editora Brinque-book recolheu os livros em circulação.

Esse caso especificamente me chamou muito a atenção. Já conhecia o livro e tinha alguns outros da autora, que admirava e seguia nas redes sociais. Ao assistir ao vídeo da youtuber, pouco antes de minha decisão sobre a escolha do tema que abordaria neste trabalho, lembro-me que fiquei confusa. A princípio, passei a enxergar o livro de maneira diferente. O discurso que antes me pareceu ingênuo (e acredito que, para a autora, também) tomou formas diferentes ao ser apresentado por um indivíduo com formações e experiências diferentes das vividas por mim.

Porém, ao ver a publicação em que a autora declara a decisão de tirar o livro de circulação, fiquei estarecida. Reforço aqui novamente o repúdio à censura à literatura, por considerar inaceitável censurarmos algo que pode nos provocar reflexões, sejam elas quais forem. Nesse caso especificamente, não soube me posicionar de um único lado: nem o da autora, nem o da youtuber. Isso porque acredito não poder desvalidar um discurso como o de Ana Paula, sem ter tido e vivido as experiências que a levaram até a crítica ao livro. Mas acredito que minha posição sempre será contra a censura. Considero que a arte e a literatura, como Candido (1988) já destacou, tem grande poder no fato de permitir diversas interpretações. Acredito que, ao ler um livro como o analisado aqui, podemos tomá-lo para fazer reflexões e análises críticas com nossas crianças, não necessariamente o utilizando como verdade absoluta, pelo contrário.

Em todos esses casos citados, chamou-me a atenção a presença de uma visão simplista da literatura, em que prevalece uma visão parcial e descontextualizada da obra literária. Os pais

e críticos, ao enxergarem um problema, optam por exterminá-lo, censurá-lo. Quando, na verdade, poderiam ser interpretadas como outras portas e caminhos para um conhecimento novo, uma reflexão nova, uma outra experiência literária.

Dessa maneira, finalizo o capítulo com uma reflexão realizada por Lajolo (2012), em que se refere à democratização da leitura:

E é neste movimento de democratização da leitura e da escrita que se pode inscrever a reivindicação do acesso amplo, geral e irrestrito, à literatura. A toda e qualquer literatura. À popular e à erudita. À tida como excelente e à tida como não tão excelente. (LAJOLO, 2012)

## 7. O QUE FICOU...

*“A literatura, assim como a Arte, não se fataliza à efêmera duração do ato da leitura; esse ato será resistente e perpetuável enquanto houver quem, abrindo um livro, se disponha a sonhar acordado e, por sua vez, desenvolver novas interpretações desse sonho”*

Anco Márcio Tenório Viera, 2012, p. 74

Desenvolver novas interpretações desse sonho. A possibilidade que a arte nos proporciona, de interpretar, reinterpretar, de fazer análises de diversos pontos de vista, de diversas formas e ângulos. Isso é uma riqueza e nos torna livres.

Por meio da leitura de uma obra literária, podemos acessar e viver realidades diferentes das nossas, mundos diferentes dos nossos. Podemos ter prazer e também podemos ter dor:

A respeito destes dois lados da literatura, convém lembrar que ela não é uma experiência inofensiva, mas uma aventura que pode causar problemas psíquicos e morais, como acontece com a própria vida, da qual é imagem e transfiguração. Isto significa que ela tem papel formador da personalidade, mas não segundo as convenções; seria antes segundo a força indiscriminada e poderosa da própria realidade. Por isso, nas mãos do leitor o livro pode ser fator de perturbação e mesmo de risco. Daí a ambivalência da sociedade em face dele, suscitando por vezes condenações violentas quando ele veicula noções ou oferece sugestões que a visão convencional gostaria de proscrever. No âmbito da instrução escolar o livro chega a gerar conflitos, porque o seu efeito transcende as normas estabelecidas. (CANDIDO, 1988)

Nas mãos do leitor o livro está sujeito a elogios e críticas. A ser relido diversas vezes ou lido apenas uma. A ser interpretado de diversas maneiras. A ser usado como exemplo positivo ou negativo.

Essa liberdade é a que defendo no meu trabalho.

É importante esclarecer que, ao abordar os casos analisados, não desconsidero as críticas realizadas aos livros. Acredito que algumas delas devam ser consideradas. Ao ler a obra de Monteiro Lobato, considerando o contexto em que foi escrita, por exemplo, podemos lançar mão a um olhar crítico ao preconceito presente à época histórica daquele período no Brasil aos negros e que reverbera na linguagem referente à personagem Tia Nastácia e trabalhar esse exemplo de maneira construtiva com as crianças. Ao ler o livro Peppa, de Silvana Rando, é possível que pensemos de maneira crítica nessa descrição do modo que a menina se relaciona com seu cabelo e trabalhemos isso. A escolha do livro que iremos ler para nossos alunos é nossa e as discussões que suscitaremos através deles também está na alçada nossa de responsabilidade como professores.

O que considero inaceitável, tendo em vista o que foi problematizado aqui neste Trabalho de Conclusão de Curso, é a censura à leitura da literatura.

Perceber, através dos casos analisados, a frequência com que casos de censuras vêm acontecendo em nossas escolas, me causou um temor sobre esse avanço. Fiz um recorte à leitura de literatura, mas casos de censura acontecem também nas artes visuais e plásticas. 2018 foi um ano marcado por isso.

Dessa forma, concluo meu trabalho fazendo um alerta a essa linha tênue que tem se intensificado atualmente, para que não levemos nosso presente de volta ao passado, em que seja necessário novamente dizer:

Como é difícil acordar calado  
Se na calada da noite eu me dano  
Quero lançar um grito desumano  
Que é uma maneira de ser escutado  
Esse silêncio todo me atordoa  
Atordoadado eu permaneço atento  
Na arquibancada pra a qualquer momento  
Ver emergir o monstro da lagoa  
(Cálice – Chico Buarque)

## Referências

ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. 4. ed. São Paulo, SP: Paze Terra, 2006.

ASSIS, Machado de. **Dom Casmurro**. Coautoria de Martin Claret. São Paulo, SP; Martin Claret: [s.n.], c2006.

AUERBACH, Patricia. **Direitos do pequeno leitor**. Companhia das Letrinhas, São Paulo, 2017.

BENJAMIN, W. **Obras escolhidas I - magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1987a.

BENJAMIN, W. **Obras escolhidas II - Rua de mão única**. São Paulo: Brasiliense, 1987b.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Reexame do Parecer Cne/ceb Nº 15/2010, **Com Orientações Para Que Material Utilizado na Educação Básica Se Coadune Com As Políticas Públicas Por Uma Educação Antirracista**. nº 6/2011. Relator: Conselheira Nilma Lino Gomes. D.O.U. Distrito Federal, 2011.

BRITO, Tarsilla Couto de. **Querelas de ontem, querelas de hoje: a teoria da literatura como desafio à formação do leitor**. Ensino de Literatura e de Teoria da Literatura. Belo Horizonte, n. 3, vol. 20, 2014.

BUARQUE, Chico. **Cálice**. 1978

CANDIDO, Antonio. **O direito à Literatura**. In: LIMA, Aldo (org.). **O direito à Literatura**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

CANDIDO, Antonio. **Textos de intervenção**. São Paulo: Duas Cidades, Ed. 34, 2002.

CANDIDO, Antonio. **Vários escritos**. 3ª ed..revista e ampliada. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

CARVALHO, Neuza C. de. **A emancipação do sujeito infantil pela discursividade do delírio em Bisa Bia, Bisa Bel.** In: PEREIRA, Maria Teresa Gonçalves; ANTUNES, Benedito (Orgs.) **Trança de histórias: A criação literária de Ana Maria Machado.** São Paulo: UNESP, 2004.

CEVASCO, Maria Eliza. **Dez lições sobre os estudos culturais.** São Paulo: Boitempo, 2003.

DICKENS, Charles. **David Copperfield.** São Paulo, SP: Hemus, c1981.

EVANGELISTA, Cristiane Begalli. **Como a prática de leitura da literatura em sala de aula pode contribuir na formação da criança leitora: relatos de uma professora.** 2015. 123 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP.

FERREIRA, Norma. **Livros infantis: uma categoria editorial.** In: FERREIRA, Norma (org). **Livros, catálogos, revistas e site para o universo escolar.** Campinas: Mercado de Letras, ALB: 2006.

GAMA, Chimena Barros da. **A condenação de um livro.** Correio Popular, Campinas, 20 set. 2018. A, p. 2.

GERHARDT, Tatiana E. SILVEIRA, Denise T. (org.). **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SAINT-EXUPÉRY, Antoine de. **O pequeno príncipe.** Tradução de Dom Marcos Barbosa; Ilustração de Antoine de Saint-Exupéry. 49. ed. Rio de Janeiro, RJ: Agir, 2015.

KRAMER, S. **Leitura e Escrita como experiência - seu papel na formação de sujeitos sociais.** Presença Pedagógica, v. 6., n. 31, jan/fev, 2000.

LACERDA, Nilma Gonçalves. **A literatura para crianças e jovens nos anos 90.** In: SERRA, Elizabeth (org). **30 anos de literatura para crianças e jovens: algumas leituras.** Campinas: Mercado de letras, 1998.

LAJOLO, Marisa. **Literatura: leitores e leituras.** São Paulo: Moderna, 2001.

LAJOLO, Marisa. **Leitura e Literatura: Direito, dever ou prazer?** In: LIMA, Aldo (org.). **O direito à Literatura.** Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

LAJOLO, Marisa. Teoria **Literária, literatura infantil e Ana Maria Machado**. In: PEREIRA, Maria Teresa Gonçalves; ANTUNES, Benedito (Orgs.) **Trança de histórias: A criação literária de Ana Maria Machado**. São Paulo: UNESP, 2004.

LAJOLO, Marisa. **Meus alunos não gostam de ler...: o que eu faço?**. Campinas, SP: UNICAMP/IEL/CEFIEL, 2005.

LIMA, Aldo de. (org.) **O direito à literatura**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

LOBATO, Monteiro. **Memórias da Emília**. Ilustração de Paulo Borges. 2. ed. São Paulo, SP: Globo, 2009.

MACEDO, Joaquim Manuel de. **A moreninha**. São Paulo, SP: FTD, c1991.

MACHADO, Ana Maria. **De olho nas pernas**. Rio de Janeiro: Salamandra, 1985.

MACHADO, Ana Maria. **O menino que espiava pra dentro**. Ilustração de Ale Abreu. 2. ed. São Paulo, SP: Global, 2008.

MARTINELLI, L.P. **Monteiro Lobato e a educação: o ideário pedagógico expresso na personagem dona Benta**. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) Universidade Estadual de Maringá. 2011.

MEIRELES, Cecília. **Problemas da literatura infantil**. Editora Global, São Paulo, 2016.

OLIVEIRA, Kiusam. **Omo-Oba: história de princesas**. Mazza Edições, 2009.

PIROLI, Wander. **O matador**. Belo Horizonte: Editora Leitura, 2008.

PIROLI, Wander. **O menino e o pinto do menino**. 18. ed. São Paulo, SP: Moderna, 1994.

PRESSLER, Mirjam, 1940- (coed.). **O diário de Anne Frank**. Edição de Otto H. Frank; Tradução de Alves Calado. 40. ed. Rio de Janeiro, RJ: BestBolso, 2017

RANDO, Silvana. **Peppa**. Brinque-book, 2009.

SEGUR, Condessa de. **As meninas exemplares**. São Paulo, Sp: Ed. Do Brasil, 1995.

SEGUR, Condessa de. **As férias**. São Paulo, SP: Ed. do Brasil, [19--].

SOUZA, Carolina Fortes de. **Monteiro Lobato e a crítica social expressa na personagem Jeca Tatu**. Artigo (Trabalho de conclusão de curso) – Universidade Estadual de Maringá, 2012.

SPYRI, Johanna. **Heidi**. New York, NY: SignetClassics, c1992.

VASCONCELOS, José Mauro de. **O meu pé de laranja lima**. 2. ed. São Paulo, SP: Melhoramentos, 2005.

VIEIRA, Anco Márcio Tenório. **A literatura como espaço do discurso, do debate e do contraditório**. In: LIMA, Aldo (org.). O direito à Literatura. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

ZILBERMAN, Regina. **A literatura infantil brasileira**. Rio de Janeiro, RJ: Objetiva, 2014.

ZIRALDO. **O menino mais bonito do mundo**. Coautoria de Sami Mattar. São Paulo, SP: Melhoramentos, 1983.